

Entidades de saúde querem manter texto

A Executiva da Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte está satisfeita com o substitutivo do relator Bernardo Cabral, mas acredita que será necessário lutar muito para que os artigos e propostas contidos no relatório sejam mantidos. Pelos cálculos da Executiva, tudo indica que no próximo dia 21 o capítulo referente à saúde seja votado. Até lá, a Executiva vai desenvolver um trabalho junto aos constituintes para que suas propostas sejam aprovadas.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Nutricionistas do DF e integrante da Executiva, Albanes de Peixinho, os pontos mais polêmicos do substitutivo do relator dizem respeito à proibição para que recursos públicos sejam destinados a investimentos em instituições privadas de saúde, com fins lucrativos; e a possibilidade de o poder público deter o monopólio da importação de equipamentos odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica.

Além destes artigos contidos na proposta do relator, e que a Executiva quer ver aprovados, existem outros dois considerados fundamentais para a democratização da saúde no País. Eles estão relacionados com o sistema único de saúde, que determina

“controlar, fiscalizar e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemo-derivados e outros insumos” e “exercer o controle e a fiscalização da produção e qualidade nutricional dos alimentos”.

Para Albanes, é fundamental que todos os trabalhadores e a sociedade brasileira pressionem os constituintes para que esses pontos contidos no projeto do relator Bernardo Cabral sejam aprovados na Comissão de Sistematização.

RECURSOS HUMANOS

Se essas questões agradaram a Executiva da Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte, outros pontos importantes, na avaliação da entidade, não foram sequer mencionados ou tiveram redação deficiente ou dúbia. Eles criticam, por exemplo, a falta de uma política de recursos humanos na área de saúde. De acordo com Jacira de Fátima Silva, do Sindicato dos Enfermeiros do DF, no substitutivo do relator não saiu uma linha sobre recursos humanos.

Outro ponto considerado como insuficiente diz respeito à questão de financiamentos que não ficou clara no substitutivo do relator, não especificando o montante destinado à saúde. No capítulo que trata da questão, diz que o sistema único

de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, além de outras fontes. Segundo Jacira, é necessário se recuperar o percentual mínimo de seguridade e das receitas tributárias da União, Estados e Municípios, a exemplo da Educação.

Outro aspecto, segundo Jacira, que deve ser trabalhado junto aos constituintes diz respeito à propagação de medicamentos, álcool etc. Como essa decisão foi remetida para a legislação ordinária, a Executiva acredita que ela deva ser recuperada no texto principal, sob o risco de não se conseguir aprovação posterior, “quando hoje seria possível”, diz Jacira.

A Executiva quer rever também a questão da insalubridade e periculosidade. No projeto do relator é garantido o adicional de remuneração quando, segundo Jacira, deveria ser garantida a diminuição da jornada de trabalho. Além desse ponto, a insalubridade é aceita como normal.

Os integrantes da entidade acreditam que a campanha de emenda popular pela reforma no sistema de saúde atingiu o objetivo proposto. A emenda contou com 55 mil 333 assinaturas e foi subscrita por 167 entidades da sociedade civil e partidos políticos.